

AVALIAÇÃO E PROJETO PEDAGÓGICO: ALINHAMENTO PARA DEMOCRATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR VIA PARTICIPAÇÃO

Glades Tereza Felix¹

Isabel Pinho²

Alessandra Alfaro Bastos³

Julio César Godoy Bertolin⁴

Resumo

Este artigo situa-se no âmbito científico da educação superior e trata da construção do processo democrático de autoavaliação em uma universidade pública brasileira. Por meio da metodologia da Avaliação Institucional Participativa, objetivou-se avaliar o Projeto político-pedagógico de uma unidade de formação de professores de modo a abarcar a totalidade das ações desenvolvidas para além do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A pesquisa de cunho quali-quantitativa se desenvolveu no ciclo 2014-2017 e atribuiu poder aos membros da comunidade por meio da participação, quando estes sinalizaram dez (10) indicadores de qualidade a serem avaliados em consultas periódicas, planejadas e de livre adesão; ou seja, os docentes, os estudantes os estágios, os orientadores de estágio, as instituições conveniadas, os gestores, os egressos, a pesquisa, a extensão, os serviços terceirizados e os técnicos-administrativos. Cada processo se constituiu num evento desenvolvido através de quatro fases: sensibilização, implementação, resultados e meta avaliação. Para conhecer a média ponderada e o desvio padrão da pesquisa quantitativa utilizou-se o software SPSS 22 e para a frequência de respostas qualitativas o software NVIVO11 com base na técnica análise de conteúdo. Resultados: o produto final da pesquisa favoreceu um diagnóstico global à gestão do ensino superior; o Projeto político-pedagógico mostrou-se defasado necessitando de revisão e/ou atualização; as avaliações externas dos cursos passaram a ser complementadas com resultados finais da pesquisa por indicador, sendo visto como algo inovador. Conclui-se que a iniciativa de processos autônomos de autoavaliação em complementação ao SINAES podem consolidar uma cultura avaliativa na universidade; visar a melhoria da qualidade e em paralelo o aperfeiçoamento contínuo do próprio processo de avaliação, ou seja o uso eficaz dos resultados de cada avaliação como ferramenta de gestão e monitoramento.

Palavras-chave: Avaliação. Qualidade. Projeto pedagógico. Avaliação Participativa. Educação superior.

¹ Doutora em Educação. Professora Associada. Universidade Federal de Santa Maria. RS. Brasil; gladesfelix@hotmail.com; ID Orcid.org/0000-0002-1668-7586

² Doutora em Gestão/Administração. Pesquisadora. Universidade de [Aveiro. Portugal](http://www.ua.pt); isabelpinho@ua.pt; ID orcid.org/0000-0003-1714-8979

³ Mestre em Educação. Técnica-Administrativa em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. RS. Brasil; alessandra@mail.ufsm.br; ID orcid.org/0000-0002-23994082

⁴ Doutor em Educação. Professor Titular. Universidade de Passo Fundo. RS. Brasil; julio@upf.br; ID orcid.org/0000-0002-55471550

EVALUATION AND PEDAGOGICAL PROJECT: ALIGNMENT FOR DEMOCRATIZATION IN HIGHER EDUCATION VIA PARTICIPATION

Abstract

This article is located in the scientific scope of higher education and deals with the construction of the democratic process of self-evaluation in a Brazilian public university. Through the methodology of Participatory Institutional Evaluation, the objective was to evaluate the political-pedagogical Project of a teacher training unit to cover all the actions developed in addition to the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES). Qualiquantitative research developed in the 2014-2017 cycle and empowered community members through participation, when they signaled ten (10) quality indicators to be evaluated in periodic, planned, and free-to-attend consultations; that is, teachers, students, trainees, institutions, managers, graduates, research, extension, outsourced services and technical-administrative. Each process was an event developed through four phases: awareness, implementation, results and meta-evaluation. In order to know the weighted mean and the standard deviation of the quantitative research the software SPSS 22 was used and for the frequency of qualitative answers the software NVIVO11 based on the technique of content analysis. Results: the final research product favored a global diagnosis of higher education management; the political-pedagogical project was out of phase requiring revision and / or updating; the external evaluations of the courses began to be complemented with final results of the research by indicator, being seen as something innovative. It is concluded that the initiative of autonomous processes of self-evaluation in complementation to the SINAES can consolidate an evaluation culture in the university; aim at improving quality and in parallel the continuous improvement of the evaluation process itself, i. e., the effective use of the results of each evaluation as a management and monitoring tool.

Keywords: Evaluation. Quality. Pedagogical project. Participatory Evaluation. College education.

Introdução

A agenda da Avaliação e Regulação na Educação Superior ganhou centralidade nos anos oitenta do século passado, intensificando-se na década seguinte. Este facto foi conduzido pela histórica globalização com as economias direcionadas para o conhecimento e pelo reconhecimento gradual do papel da educação como “fator de acumulação do capital humano e de crescimento econômico”.

Em termos de Brasil, a questão da avaliação como instrumento de controle da educação superior por parte do Estado, apareceu pela primeira vez, num relatório de alto nível, da Comissão Nacional para a reformulação da Educação Superior (Brasil, 1985) nomeada pelo presidente da República, também na década de 1980.

A nossa incursão por esta questão, nos leva a memória de que o maior impacto relativo a avaliação da educação superior, se deu com a publicação do Relatório GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Brasil, 1986), indicado para operacionalizar as ideias da Comissão anterior, quando estabeleceu a avaliação para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior; fato que desencadeou muitos debates entre a universidade e o Estado, especialmente em torno de marco teórico e metodológico propostos.

Essa é uma situação até hoje não resolvida, que mantém resistências, divide posicionamentos e desafia as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) das instituições porque reivindicam maior autonomia para o desenvolvimento de estratégias de articulação e negociação políticas com sólidos e transparentes princípios teórico-metodológicos, quanto a valorização do pilar da regulação e da emancipação (Santos, 1995, p. 70).

Frente a tal embate, a viabilidade de práticas avaliativas autônomas ancoradas em movimentos de mudança e incremento da melhoria da qualidade deve colocar em pauta a especificidade de cada contexto universitário objetivando contribuir, de modo reativo e autônomo no processo de Autoavaliação Institucional, em complementariedade a prática do Sistema Nacional de avaliação da educação Superior (SINAES).

Oficialmente, criado pela Lei 10.891, de 14 de abril de 2004, o SINAES em seu documento base propugna o compromisso com a qualidade enquanto processo formativo e referencial para a supervisão e a regulação (Brasil, 2004), porém ao longo de sua vigência, o foco prioritário tem sido nas práticas de atendimento a regulação por meio de normativas que estão a configurar um novo tipo de IES, presidida pela racionalidade técnica baseada na produtividade e competição, logo as manifestações de resistência acabam sendo engolidas pela ordem dominante, pois enquanto se mantém o discurso da autonomia e flexibilidade, conforma-se o processo educativo pela avaliação.

Desse modo, os resultados padronizados pelas regulações oficiais, com base num conjunto de instrumentos de informação e de avaliação aplicados aos cursos e as IES, através dos estudantes e gestores, diretamente, nada tem influenciado na melhoria de problemas cristalizados na abrangência do trabalho pedagógico, na gestão, nos estágios, na pesquisa, na extensão, nos serviços privados ao público, uma vez que a maior preocupação tem sido com o desempenho do estudante, que é importante, porém, para tanto, pressupõe um olhar atento às partes do processo da formação.

Na esteira destas lacunas, esse artigo trata da construção do processo democrático de autoavaliação em uma universidade pública brasileira. Por meio da metodologia da Avaliação Institucional Participativa (AIP), objetivou-se avaliar o Projeto político-pedagógico de uma unidade de formação de professores de modo a abarcar a totalidade das ações desenvolvidas para além do SINAES.

A problemática a ser analisada se refere: até que ponto o SINAES como instrumento de política e pesquisa produz conhecimento global sobre as Instituições de Ensino Superior (IES).

De natureza quali-quantitativa e descritiva, a investigação se desenvolveu num ciclo avaliativo de quatro anos (2014-2017) inicialmente, como projeto experimental que fez parte de uma análise mais ampla desenvolvida no âmbito da instituição, onde se incluiu o estudo de 360 graus da unidade de ensino.

Os resultados centrados na triangulação dos métodos, referenciais teóricos e recursos humanos, se constituiu numa meta avaliação constituída a partir de uma leitura transversal de 10 mini estudos de casos (Yin, 1994, p. 14) relativos a cada indicador de qualidade avaliado.

A pesquisa atribuiu poder aos membros da comunidade por meio da participação. Foram eleitos dez (10) indicadores de qualidade a serem avaliados em consultas periódicas, planejadas e de livre adesão; ou seja, os docentes da graduação, os docentes da Pós-graduação, os estudantes-estágios, os orientadores de estágio, as instituições conveniadas, os gestores, os egressos, a pesquisa e a extensão, os serviços terceirizados e os técnicos-administrativos.

Cada processo se constituiu num evento desenvolvido através de quatro fases: sensibilização, implementação, resultados e meta avaliação. O produto final favoreceu um diagnóstico global à gestão do ensino superior; o Projeto político-pedagógico mostrou-se defasado; as avaliações externas dos cursos passaram a ser complementadas com resultados finais da pesquisa por indicador sendo visto como algo inovador.

Este artigo inicia pela apresentação dos fundamentos teóricos da Avaliação Participativa e do Projeto Político-pedagógico, subsequente, os caminhos metodológicos e no terceiro sinaliza os resultados por meio da classificação da intensidade da participação, o ponto positivo e a melhorar e a relação dos resultados com o atual PPP.

1. Fundamentação teórica

1.1. Avaliação Participativa

Ao realizar-se um levantamento na literatura educacional, percebe-se uma grande variedade de modelos de avaliação as quais encaixam em determinados enfoques políticos filosóficos e visam atender objetivos diversificados.

Tomando os estudos de Denise Leite (Leite, 2005, 2009) sobre isso, encontramos três modelos de avaliação; classificados a partir de enfoques políticos filosóficos diferentes; ou seja, o liberalismo, a fenomenologia e o socialismo sem fim, os quais se situam num *continuum* entre uma vertente mais elitista e outra vertente mais democrática, portanto, a classificação das categorias se faz de acordo com sua epistemologia e tem a ver com o índice de democracia.

O modelo de avaliação denominado Taxionomia dos modelos de avaliação, de Ernest House (2000) centrado no enfoque do liberalismo tem por base e fundamento a filosofia político liberal-utilitarista e a intuícionista-pluralista; a Avaliação Emancipatória de Ana Maria Saul (1987) baseada no enfoque político filosófico da fenomenologia está embasada na vertente pluralista do liberalismo e permite maior participação dos envolvidos e o modelo da Avaliação Participativa a partir do enfoque do socialismo sem fim, nutre-se com princípios da democracia direta e plena.

Com base nestas diversas perspectivas escolhemos uma abordagem de Avaliação Participativa que orientou a metodologia utilizada e que envolveu toda a investigação de modo alinhado e integrado. Deste modo podemos considerar que a metodologia da investigação se estrutura numa base conceptual que podemos considerar como Avaliação Institucional Participativa (AIP), cujo diferencial nos remete a práticas de democracia direta em contraposição aos modelos utilizados pelas agências do capitalismo.

Na visão de Boaventura de Sousa Santos (2005) a Avaliação Participativa se refere “a inovação, ao conhecimento e prática antiautoritária, para existir, entra em tensão com as estruturas que integra”.

Benjamin Barber (1997) afirma que ela é parte do regime da democracia direta expressa por meio da participação cujo valor principal corresponde a um tipo de cidadania centralizada em um governo descentralizado.

Sobre isso, é importante resgatar que o exercício da democracia direta é uma prática antiga, suas raízes advêm da democracia clássica (Arblaster, 1988; Aristóteles, 1977; Goyard-Fabre, 1998) quando as pequenas e grandes decisões eram tomadas pelo sistema direto e plebiscitário. Não se admitia a representação; a totalidade dos cidadãos

é que decidiam. Foi assim que se consolidou a política e a retórica da participação na Grécia Antiga, enquanto, que Atenas exaltava, orgulhosamente, uma prática democrática onde se revezava a *isonomia* (igualdade de direitos), a *isogoria* (igualdade e franqueza no fala) e a *isocracia* (igualdade no poder).

Como se pode perceber as práticas que deram origem a essa formulação, se constitui num processo de transformação e reforma permanente da sociedade, consequentemente, a avaliação de cunho participativa se vincula a uma forma de democracia forte compreendida como uma forma de governo que leva a formação de uma comunidade apta a resolver seus problemas e conflitos por meio da política da participação, de autocrítica e autolegislação, segundo Barber (1997, p. 71) “uma comunidade capaz de transformar indivíduos privados em cidadãos livres e interesses privados em bens públicos ou comuns através da participação”.

Os referentes que asseguram este formato de avaliação a partir de uma ação singular de democracia podem ser sintetizados nos seguintes princípios.

Democracia direta: governo com autolegislação, autocrítica, autovigilância e cidadania ativa. Práxis política: construção de democracia e aprendizagem política preside e antecede no caráter epistemológico da avaliação e incidem nas reformas que lhe seguem. Participação dos sujeitos: envolvimento protagônico de diferentes sujeitos; todas as pessoas podem exercer funções de governo, pelo menos por algum tempo, nas ações avaliativas, exercitando “*isonomia, isegoria e isocracia*”. Universidade como bem público: entendimento da universidade como um bem público pertencente aos cidadãos de uma da sociedade e tempo, não estado seu cabedal de conhecimentos em propriedade privada de líderes empresariais, religiosos, políticos, governos ou partidos. Avaliação institucional da universidade como bem público: avaliação pedagógica, em termos cívicos, em termos de responsabilidade democrática, em termos de produção de conhecimento como bem comum (Leite, 2005, p. 110).

A partir de experiências vivenciadas sob esta prática avaliativa, constatou-se que as instituições que tem uma estrutura de gestão descentralizada, o processo flui melhor, mesmo sendo o regime de governo colegiado ou de representação. Desse modo, um contexto favorável a decisões autônomas que respeita a liberdade acadêmica são mais propícias as prática da AP. Não é o tamanho da instituição, ou a quantidade de membros da comunidade que vai atestar que as ações da AP terão sucesso; contudo, as sucessivas formas de escolhas das diferentes lideranças pelo voto livre em consulta pública pode aumentar o interesse do público em práticas da democracia forte.

No design da AP, inexistente *expert* para conduzir o processo, os próprios atores do processo serão os grupos de referencia, que por negociação constituíram os grupos auto legislados, comissões formadas, eleitas ou auto indicadas. A legitimação das ações será decorrente do processo de escolha dos grupos. A metodologia é ativa, retórica e dialógica manifestada de diferentes modos, em tempos diferentes de realização; envolve debate e reflexão sobre o que fazer, como agir e como fiscalizar a ação, portanto não é um modelo pronto, fixo, formatado, se constrói na caminhada.

O principal produto derivado deste formato é a autonomia da instituição, uma vez que os envolvidos através da interação, solução de conflitos e da influência política propiciada nas diferentes esferas de participação, produzem aprendizagem política e conhecimento social. Segundo, Denise Leite (2005, p. 112) esta é “uma epistemologia subjetiva, pouco visível no decorrer do processo; são produtos qualitativos que demoram a aparecer, porque são valores relativos a democracia adjetivada”.

Por se apresentar dentro de uma ética objetiva, o propósito da AP é a construção de relações de democracia direta, unitária e forte para autoprodução da cidadania dos participantes e a garantia da construção o bem público. Portanto, compreendida sob

estas condições, a teoria e prática da AP, não pode ser engessada num modelo único; de onde se pode deduzir que propostas avaliativas desta natureza na universidade é uma prática em constante construção, talvez uma perspectiva da utopia de um mundo melhor possível na perspectiva do “socialismo e democracia sem fim”.

1.2. Projeto pedagógico

O projeto político pedagógico (PPP) da unidade de ensino pesquisada conceitua projeto pedagógico na concepção de Bussmann (1995) como: “condição para que se afirme ou se construa simultaneamente a identidade da instituição como espaço pedagógico necessário à produção do conhecimento” (UFSM, 2012).

Todavia o termo pode sofrer interpretações indiscriminadas, na execução, planejamento e implementação, buscando romper com possíveis desvios dos objetivos das práticas a unidade estabeleceu um processo de avaliação sistemático de seu PPP a fim de “avaliar para atualizar ou reformular o Projeto Político-Pedagógico da unidade de ensino investigada, visando atender as necessidades da comunidade no sentido de promover mudanças que levem à educação superior de qualidade” (UFSM, 2014).

O PPP é um compromisso assumido por atores em determinado tempo e espaço, mas que visa atender uma coletividade interna, externa e futura, assim a unidade buscou pensá-lo em conjunto com todos os segmentos (docentes, discente, técnico-administrativos e colaboradores externos). Nas palavras de Gadotti:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.” (Gadotti, 1994, p. 579).

O projeto político-pedagógico visa organizar o trabalho instituído, a história modos de ser e estar da instituição observou-se, no documento pesquisado, que alguns pontos foram mais problematizados pela comunidade: autonomia universitária, natureza política das ações de gestão, políticas governamentais, financiamento da educação, políticas de incentivo individualistas, fragmentação do tripé ensino-pesquisa-extensão, ausência da cultura de participação (UFSM, 2012). O cenário evidenciou o aspecto político inerente à construção das diretrizes de uma proposta pedagógica:

“Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola” (Gadotti, 1998, p. 16).

Um projeto construído e vivenciado por todos participantes do processo educativo é capaz de unir as diferentes concepções educativas, porém essa unidade pode esvaecer-se no cotidiano das práticas de gestão e pedagógicas (Silva, 2013). Nessa possibilidade o conceito de qualidade perde o sentido pela trivialidade com que é reverberado, diante disso o projeto avaliativo constituiu-se para além de um processo de conhecimento e acompanhamento do PPP da unidade, mas de apropriação pelos atores da comunidade dos objetivos os quais se constituíram como indicadores de qualidade.

No campo educacional, indicador é um artifício que proporciona informação relevante e sintética acerca de aspectos significativos da realidade observada, que, habitualmente, é resultado de algum tipo de dado ou informação quantitativa. (Andriola, 2004).

Diante da natureza complexa da interpretação da realidade de uma instituição de educação superior, na qual o conceito de qualidade ultrapassa aspectos técnicos, deve-se considerar um modelo de avaliação que conceba diferentes sentidos filosófico-sócio-políticos, permitindo maior grau de complexidade e adaptação.

A qualidade da educação superior “não pode ser pensada fora das ações e dos compromissos que cada instituição instaura em seu âmbito interno e em suas vinculações com o entorno mais próximo, com a sociedade nacional, os contextos internacionais do conhecimento e o Estado nacional” (Dias Sobrinho, 2010, p. 1228).

O PPP reflete valores e princípios da educação pública, assim de forma concomitante à busca por qualidade há a concepção de educação para cidadania, fomentando o pensamento autônomo e estimulando o pensamento crítico-reflexivo. Logo, para além da lógica da avaliação em larga escala, própria do sistema regulatório, a unidade persistiu em uma avaliação paralela que considera as condições e problemas reais (UFSM, 2012).

2. Caminhos metodológicos

De acordo com o contexto estudado e a diversidade de formatos metodológicos disponíveis, optamos desenvolver a investigação pela trilha da Metodologia da Avaliação Institucional Participativa - IAP (Barber, 1997; Leite, 2005) a qual deriva dos referentes da Avaliação Participativa (Cousins & Earl, 1995; Freire, 1976; House, 2000; Mac Donald, 1997).

O núcleo central da IAP surge de um processo de “transformação e reforma permanente da universidade” (Leite, 2005) cuja base está alicerçada na prática da democracia forte que se assenta sobre os seguintes princípios: democracia forte; práxis política; participação dos sujeitos; universidade como bem público; avaliação institucional da universidade como bem público: avaliação pedagógica em termos cívicos, em termos de responsabilidade democrática e em termos de produção de conhecimento como bem comum (Leite, 2005, p. 109).

Para Denise Leite esse modelo metodológico, se constitui numa avaliação processual, formativa, continuada e permanente e está longe de ser um modelo fixo. Sua prática é capaz de levar as instituições a reduzirem a burocracia ao lançar-se a uma avaliação de suas próprias condições, independente do Estado.

Sob o escopo da pesquisa qualiquantitativa e descritiva, a investigação se desenvolveu a partir de dez (10) mini estudos de caso (Yin, 1994) relativos ao período 2014-2017 centrados na aplicação de um naipe de questionários por indicador, composto de questões fechadas e aberta, previamente testados e validados no ambiente, de livre adesão, *online*, no portal institucional, com *login* e senhas pessoais. Os instrumentos foram padronizados por segmento, contendo até 30 questões, elaboradas por subcomissões de especialistas com uma escala *likert* de 5 pontos.

Na sequência, perfilham-se as quatro fases que foram desenvolvidos para a operacionalização das avaliações. A sensibilização: por meio de seminários, enquetes, mensagens eletrônicas, validação de instrumentos, folders, reuniões específicas por curso e departamento didático e por segmento. A Implementação: realização da avaliação através da aplicação do questionário *online*, conforme execução do cronograma. Um total de 57 pessoas participaram na operacionalização da Avaliação, envolvendo consultores externos, pesquisadores, apoio e bolsistas.

Os dados quantitativos foram trabalhados com o apoio da ferramenta *software Microsoft Excel 16* para determinar a média ponderada e desvio padrão, para cada

questão e por segmento dos respondentes. Os dados qualitativos foram tratados com base na técnica análise de conteúdo (Bardin, 2004) e com o apoio do software Nvivo. Foi assegurada a triangulação dos dados e a sua análise foi feita com a preocupação de coerência interna entre os métodos, os referenciais e os recursos humanos. A Meta avaliação ocorreu durante todo processo e se desenvolveu não só na escuta aos participantes e sua análise, mas também durante a fase de divulgação dos resultados da avaliação. Este processo permitiu a revisão e a melhoria dos instrumentos que irão ser utilizados na próxima aplicação.

Os resultados finais do projeto para os Cursos, departamento e segmentos, foram possíveis após triangulação das pesquisas reforçadas na importância do diálogo entre os dados empíricos, documentos e a observação da conjuntura num movimento dialético.

Os resultados finais foram sistematizados em quatro categorias: a) Participação; b) Ponto positivo; c) Ponto a melhorar (com base nas dimensões pedagógicas) e d) Relação com o atual PPP.

Em relação a categoria participação tomamos por base a concepção de democracia na visão e Barber (1987) levando-se em conta a intensidade da participação dos sujeitos na avaliação em cada indicador, sendo pois classificada do seguinte modo: 0 - 20= fraca; 21 - 40= Média; 41 - 60= Forte e 61 - 100= Muito forte; para as categorias ponto positivo e ponto a melhorar baseou-se na média ponderada e na frequência de respostas das dimensões dos respectivos instrumentos e por último os resultados foram relacionados com o atual PPP, como modo de observar a necessidade de: revisão, atualização e ou reformulação.

Na sequência apresentamos os resultados sistematizados para as categorias participação, Ponto positivo, ponto a melhorar e a relação com o atual PPP em ordem crescente, por indicador avaliado.

3. Resultados e discussões

Os resultados obtidos no estudo empírico apontam no sentido da confirmação da hipótese de partida de que o SINAES como está posto, se configura num sistema avaliativo pouco eficaz de produzir conhecimento global sobre as IES, necessitando, pois, de complementações.

Tiveram envolvidas na operacionalização do ciclo 57 pessoas, dentre consultores externos, pesquisadores, apoio e bolsistas, tendo a investigação atingido 7.010 pessoas, porém, analisando estes dados de modo geral, pouco expressam a democracia na universidade, porque tomados de modo específico, por indicador, o nível da participação manteve-se na média dos 30%, o que atesta que ainda, não temos uma cultura avaliativa consolidada.

Os resultados dos indicadores se iniciam pelo docente da graduação (IA-1), os docentes da Pós-graduação (IA-2), os estudantes-estágios (IA-3), os orientadores de estágio (IA-4), as instituições conveniadas (IA-5), os gestores (IA-6), os egressos (IA-7) a pesquisa e a extensão (IA-8), os serviços terceirizados (IA-9) e os técnicos-administrativos (IA-10) onde apresentamos o nível de participação com base na classificação nos níveis da Democrata conforme Barber (1997). Seguida do ponto positivo, do ponto a melhorar e por último a relação com o atual PPP que foi objeto de avaliação.

A avaliação dos docentes⁵ dos cinco cursos de graduação teve uma participação média dos respondentes; variando 21 e 40%. Apenas dois cursos apontaram a dimensão Relação docente-estudante como positiva e os demais variaram entre outras dimensões; enquanto que o ponto a melhorar houve unanimidade em torno da dimensão Avaliação. Esse resultado aponta uma forte relação com o referencial, às metas e as estratégias do atual PPP, talvez porque a oferta de curso de graduação é uma tradição pela unidade de ensino, contudo a abrangência está defasada necessitando atualização.

A avaliação dos docentes dos seis Cursos de Pós-graduação⁶ obteve uma participação Média, entre 21- 40%. Quatro cursos apontaram como positiva a Dimensão Relação Orientador-orientando; para dois cursos deve melhorar a Dimensão Conhecimento, ementas e atividades das disciplinas e dois a Dimensão Avaliação o que demonstra que os cursos têm problemas muito específicos que necessitam ser repensadas com base nestes dados. Encontramos consonância deste indicador, com as metas Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão e Interações Sociais do atual PPP, porém devido o avanço e as exigências atuais necessita ser incluída a inovação e a internacionalização da educação, exigindo assim revisão no texto do PPP.

A avaliação dos estudantes-estagiários⁷ concluintes dos cinco cursos de graduação teve uma participação mediana, entre 21 – 40%. Três Cursos apontaram como ponto positivo a Dimensão Prática Pedagógica e dois a Dimensão Atitudes acadêmico-profissionais. Quanto ao ponto a melhorar três cursos desvelaram a dimensão Campo de estágio e os outros dois a Dimensão Condições e infraestrutura. Não encontramos relação da fase terminal dos Cursos e nem o perfil desejado do egresso no atual PPP, o que remete a ampla revisão com a inclusão deste indicador no PPP.

A avaliação do autodesempenho dos docentes-orientadores⁸ lotados em dois Departamentos didáticos podemos classificar a participação na intensidade Muito Forte: 61 – 100%. Como positivo, apareceu num Departamento a Dimensão Atitudes acadêmico-profissionais e no outro a Dimensão Prática pedagógica. Como ponto a melhorar as Dimensões Prática Pedagógica e Condições e Infraestrutura. Em relação ao PPP, na meta que trata o Ensino, a pesquisa e a extensão se refere a “espaços de discussão envolvendo os docentes das licenciaturas”, o que pouco diz sobre a teoria e a prática dos orientadores de estágio, cuja generalidade sugere revisão e atualização do PPP

Na Avaliação das Instituições Conveniadas⁹ o nível da participação pode ser considera Muito Forte: 61 – 100%. Dos cinco cursos avaliados, para três deles, a Dimensão positiva foi o Estagiário e a Dimensão O Centro de Educação para os demais. Como ponto a melhorar três cursos apontaram a Dimensão O professor-orientador e a os demais revelaram a Dimensão o Estagiário. Encontramos sintonia destes resultados com as metas do PPP atual, especialmente no item da Avaliação Institucional e Interações Sociais, porém recomenda-se a atualização deste quesito no PPP visto estar descrito de forma bastante abstrata, o que confunde a sua implementação.

⁵ Dimensões do instrumento: Plano da disciplina, Conteúdo da disciplina, Aproveitamento das aulas, Metodologia, Avaliação e Relação docente estudante.

⁶ Dimensões: Plano da disciplina, Conhecimento, ementas e atividades disciplina, aproveitamento das aulas, Metodologia, Avaliação, Relação docente-estudantes e relação orientador-orientando

⁷ Dimensões: Prática Pedagógica atitudes acadêmico-profissionais, Condições e infraestrutura e Campo de estágio

⁸ Dimensões: Prática pedagógica, Atitudes Acadêmico-profissionais, Condições e infraestrutura e Campo de estágio.

⁹ Dimensões: O Estagiário, O professor-orientador e o Centro de Educação

Na autoavaliação dos gestores¹⁰ a participação foi classificada como Média: 41 – 60%. A dimensão Ensino, Pesquisa e Extensão desvelou-se como ponto positivo e a Dimensão Infraestrutura como ponto a melhorar. O referencial teórico, as metas e as estratégias do atual PPP apresentam relação direta com os resultados desta pesquisa e devido ao atual contexto, merecem ser revisadas, pois a função do gestor público, em linha de poder, constantemente está sendo revisada com novas incumbências e abrangência.

A avaliação dos Egressos¹¹ dos cinco cursos apresentou um nível de participação média: 41 - 60%. Como positiva apareceu em três cursos a Dimensão o Curso, em um a Dimensão Formação continuada e no outro a Dimensão Inserção Profissional. No ponto a melhorar quatro cursos revelaram a Dimensão O curso e o outro a Dimensão Inserção Profissional. Não há relação destes resultados com o atual PPP, o que necessita ser incluído, até para delimitar qual o perfil do futuro profissional que a instituição quer formar.

Na Avaliação da Pesquisa e da Extensão¹² constatou-se ser Muito forte (61,9%) a participação na Pesquisa; porém participação fraca (38,7%) na Extensão. O ponto positivo é a produção do Departamento de Fundamentos de Educação no quesito Pesquisa e o Departamento de Metodologia do Ensino nos projetos de Extensão. O ponto a melhorar são as parcerias internas e externas e o financiamento (captação de recursos) nos dois indicadores. Não há uma relação direta destes indicadores com o conteúdo do atual PPP, o que requer inclusão por meio da atualização do texto.

A Avaliação dos Prestadores de Serviços Privados¹³ apresentou um nível de participação mediana: 41 – 60%. O ponto positivo é a Dimensão Portaria e o Ponto a melhorar a Dimensão Bar. Sem relação com o atual PPP porque inexistem metas para a parceria público-privada, o que requer atualização para inclusão porque esta parceria, há muito, é realidade no setor público, sem objeto de fiscalização pelo próprio poder público, exigindo assim inclusão deste indicador no PPP e a sua consequente atualização.

A Autoavaliação dos Técnicos Administrativos em Educação¹⁴ (TAEs) teve uma participação (41 – 60%), a Dimensão Relacionamento Inter e intrapessoal foi apontada como ponto positivo e a Dimensão Política de qualificação como um elemento a melhorar. No atual PPP não há uma interface entre esses trabalhadores, as metas e suas estratégias, o que pressupõe inclusão e atualização.

Considerações finais

As considerações encontradas na trajetória desta investigação comprovam o caráter viabilizador da pesquisa por meio da Metodologia da Avaliação Institucional Participativa tendo sido, pois, o organizador qualificado (Leite *et al.*, 2002) que deu sustentação às ações avaliativas executadas no ciclo 2014-2017.

A partir disso foi possível chegar-se a um produto final; ou seja, um diagnóstico da realidade por meio das representações do coletivo expressadas em determinado

¹⁰ Dimensões: Gestão, Ensino, Pesquisa e extensão, Avaliação Institucional, Interações sociais e Infraestrutura

¹¹ Dimensões: Sobre o Curso, a Formação continuada e a Inserção profissional

¹² Realizou apenas levantamento diagnóstico destes dois indicadores

¹³ Dimensões: Portaria, Xerox, Bar e Vigilância

¹⁴ Dimensões: Organização e gestão, Política de qualificação, Relacionamento Inter e intrapessoal e Infraestrutura.

tempo e espaço, capaz de produzir um conhecimento sistematizado e consistente sobre a unidade de ensino.

Compreende-se, também que tal diagnóstico nos permitiu atingir o objetivo da pesquisa que procurou avaliar o PPP para revisá-lo, reformular e ou atualizá-lo. Sobre isso ficou comprovado pela pesquisa que há lacunas, omissões e ou desatualizações, o que é, perfeitamente, natural diante da velocidade das políticas neoliberais, o avanço tecnológico a inovação e a internacionalização da educação superior e por consequência das universidades.

Visto por este ângulo, os resultados da pesquisa estão a sugerir mudanças no PPP, tanto na forma como no conteúdo, exatamente, porque nenhuma instituição poderá avançar na qualidade se não olhar para si mesma, de modo processual, continuado, sistemático e permanente.

Nisso está a importância da autonomia, da antecipação, da reatividade, pois além de mensurar as dimensões relativas ao SINAES, por meio da escuta a comunidade, procurou ouvi-los sobre dez indicadores de qualidade não contemplados pelas avaliações regulatórias. Reconhecemos o valor desta prática, porque colocou as pessoas a falar sobre a instituição que vivenciam, cotidianamente e isso por mais que pareça simples ou obvio, não é o corriqueiro. Nas palavras de Castoriadis (1987, p. 306) um bom juiz não é necessariamente, apenas um bom especialista, e sim um usuário “o soldado (e não o ferreiro) quanto à espada, o cavaleiro (e não o seleiro) quanto à sela”. Assim, parece-nos que as dificuldades se apresentam mais transparentes e as respostas surgem de várias possibilidades.

Foi importante descobrir com base científica que os docentes são assíduos e competentes, que os porteiros são atenciosos, que os egressos estão a atuar na área de formação, que os estagiários são bem recebidos nas escolas, que a unidade de ensino presta relevante serviço as escolas, que as escolas consideram importante a presença dos orientadores nas escolas, que os gestores consultam os resultados das avaliações para implementar melhorias, que os TAEs valorizam a qualificação.

Logicamente, a pesquisa também, revelou pontos a melhorar como a infraestrutura da instituição e da unidade, a ampliação dos convênios de internacionalização, a reformulação dos estágios, revisão na oferta dos serviços privados no público, políticas de financiamento para qualificação dos servidores, interconexão entre setores pedagógicos e reuniões mensais da gestão com a comunidade.

O mais significativo é que esta experiência desenvolveu um modelo de avaliação paralelo ao SINAES, adaptável e com utilidade para qualquer instituição e ou curso desde que estabeleça como critério a participação da comunidade. Portanto, supor que a casa só pode ser arrumada quando o MEC agenda as suas inspeções, no mínimo é depreciar a capacidade e o potencial de autonomia e o sentimento de pertença dos que tem afeto, conhecimento, responsabilidade e sentimentos por determinado espaço.

Conclui-se que a avaliação participativa, ainda é um patrimônio que, resta às universidades, se levada a sério poderá separar o joio do trigo, pois as iniciativas de processos desta natureza podem consolidar uma cultura avaliativa na universidade, impulsionar a melhoria contínua da qualidade e em paralelo o aperfeiçoamento do próprio processo de avaliação, ou seja, o uso eficaz dos resultados de cada avaliação como ferramenta de gestão e monitoramento.

Referências

- Andriola, W. B. (2004). Avaliação institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): organização de sistema de dados e indicadores da qualidade institucional. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), Campinas, 9(4)*, 33-54.
- Arblaster, A. (1988). *A Democracia*. Lisboa: Estampa.
- Aristóteles. (1977). *Tratado de Política*. Lisboa. Lisboa: Europa-América.
- Barber, B. (1997). *Démocratie forte*. Paris. Paris: Desclée de Brouwer.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (R. Luís & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.
- Brasil, C. p. a. F. d. E. S. (1985). *Uma nova política para a educação superior* (5 ed.). Brasília, Brasil: Ministério da Educação.
- Brasil, M. (2004). *Lei n. 10.861/2004. (Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e da outras providências)* (5 ed.). Brasília, Brasil: Ministério da Educação.
- Brasil, S. d. E. S. (1986). *Relatório do Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES)* (5 ed.). Brasília, Brasil: Ministério da Educação.
- Bussmann, A. C. (1995). O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In I. P. A. O. Veiga (Ed.), *Projeto político pedagógico da escola – uma construção possível*. Campinas: Papirus.
- Castoriadis, C. (1987). *As encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cousins, J. B., & Earl, L. (1995). *Participatory evaluation in education* Washington: Falmer press.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade, 31(113)*.
- Freire, P. (1976). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (1994). *Pressupostos do projeto pedagógico*. MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília,
- Gadotti, M. (1998). Projeto político-pedagógico da escola cidadã. *Salto para o futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico/Secretaria de educação a Distância*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED.
- Goyard-Fabre, S. (1998). *Quést-ce que la démocratie? La généalogie philosophique d'une grande aventure humaine*. Paris: Armand Colin.
- House, E. (2000). *Evaluación, ética y poder*. Madrid: Morata.
- Leite, D. (2005). *Reformas universitárias. Avaliação Institucional participativa*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Leite, D. (2009). *Avaliação participativa e qualidade. Os actores locais em foco*. Porto Alegre: Sulina.
- Leite, D., Mollis, M., & Contera, C. (2002). Inovação e avaliação institucional: efeitos e mudanças na missão das universidades contemporâneas. *Porto Alegre: UFRGS*.
- Mac Donald, B. (1997). Evaluation and the control of education. In S. PROJECT (Ed.), *Innovation, evaluation, research and the problem of control*. East Anglia: University of East Anglia.
- Santos, B. d. S. (1995). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. d. S. (2005). *Democratizar a universidade: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Saul, A. M. (1987). *SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória: desafios a teoria e a prática de avaliação e reformulação do currículo* (5 ed.). São Paulo: Cortez.

- Silva, V. G. (2013). Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise. *Cadernos de pesquisa*, 42(145), 204-225.
- UFSM, C. d. E. (2012). *Projeto Político-pedagógico* (5 ed.). Santa Maria.
- UFSM, C. d. E. (2014). *Projeto Experimental de avaliação do PPP do CE*. (5 ed.). Santa Maria.
- Yin, R. K. (1994). Case Study Research: Design and Methods, Applied Social Research Methods Series, Vol. 5. *Thousand Oaks: Sage*, 1(2), 3.